

EDITORIAL

SEGURANDO AS PRÓPRIAS RÉDEAS

Foto: arquivo sintupeirj



SE

ainda pudesse haver dúvidas sobre o que pretende o governo Sérgio Cabral quanto às universidades públicas, elas não mais existem. O último ato do governo, após aprovado e sancionado o orçamento para

2010, coroou uma das mais agressivas políticas de restrição de financiamento público para a universidade a que temos assistido. E não foram poucas, nem menos ardilosas, essas políticas a que fomos submetidos nos últimos anos.

Por decreto, em 15 de janeiro último, Cabral desviou pouco mais de R\$ 40 milhões do orçamento das universidades do Estado. Só da Uerj a mão leve do governo levou mais de R\$ 20 milhões. O pior, como lembra a Comissão de Educação da Alerj, é que o montante pertencia ao orçamento do Legislativo e fora destinado para o ensino público superior do Estado, em acordo que envolveu inclusive parlamentares da base do governo.

Se o decreto que cassou o acordo

entre parlamentares e universidades não chega a ser uma surpresa (o mesmo expediente já havido sido utilizado no ano passado), a determinação com que o governo, reiteradamente, sabota financeiramente a universidade coloca a instituição em xeque.

Em 2008, o STJ anulou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que impedia a efetivação do dispositivo constitucional que garante 6% da receita tributária líquida do Estado para a universidade. Como não poderia deixar de ser, imediatamente, a comunidade começou a trabalhar a sua proposta orçamentária, tendo a vinculação à receita do Estado como parâmetro. Entretanto, o governo do Estado reedita a Adin e obtém liminar do STJ, concedida pelo Ministro Presidente Gilmar Mendes, o mesmo que garante até hoje a liberdade do banqueiro Daniel Dantas.

Não satisfeito em breçar mais uma vez a autonomia plena da universidade, Cabral deu sequência a uma paula-

tina redução do valor máximo que a universidade pode declarar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (Sigo). Sem falar no rotineiro desprezo às propostas orçamentárias aprovadas pelo Conselho Universitário (Consuni).

Ao elaborar o orçamento para 2010, o Consuni se baseou na demanda real apresentada pelas unidades universitárias e no dispositivo Constitucional que garante à Uerj o mínimo de 6% da receita tributária líquida do Estado. A proposta aprovada na plenária do Conselho foi de R\$ 1 bilhão e 750 milhões, sendo a maior parte alocada na fonte 00 (tesouro do Estado). A resposta do governo não poderia ser pior. Além de

A maledicência fora dita em resposta ao questionamento de parlamentares quanto à razão do encolhimento da receita das universidades, no momento em que os cofres do tesouro encontram-se abarrotados pelos royalties do petróleo. Em sete anos, a arrecadação mais que dobrou, de R\$ 22 bilhões, em 2002, para R\$ 46 bilhões, em 2009. Em compensação, a Uerj assistiu, no mesmo período, a diminuição em um terço de sua participação no orçamento do Estado.

Resta outra questão: se não para a educação, se não para a saúde, para onde está indo o dinheiro dos royalties do petróleo? As recentes inundações e desabamentos em todo Estado mostram que também não vai para obras de infraestrutura.

Para a imprensa, o secretário de Planejamento afirmou que as verbas da Alerj para a universidade não foram para o PAC, como fazia crer o decreto do Executivo, mas para pagar dívidas do Previ-Banerj; dívidas estas contraídas por sucessivos governos em má administração e privatizações escusas.

O projeto do governo para a universidade nos parece muito claro: ao restringir ao mínimo o financiamento público, aponta a via da captação de recursos e da venda de serviços como saída. A onda privatista não arrefeceu, pelo contrário encontrou um astuto viés para se propagar.

Nesse novo ano letivo que se inicia, nosso caminho, acreditamos, é afirmar a autonomia. É trazer as rédeas da universidade de volta a ela própria. É nesse caminho que a Asduerj pretende convidar os professores a seguir!

Cabral desviou pouco mais de R\$ 40 milhões do orçamento das universidades do Estado. Só da Uerj a mão leve do governo levou mais de R\$ 20 milhões.

desconsiderar a deliberação do Conselho, dispôs para a universidade o menor orçamento dos últimos quatro anos: R\$ 445 milhões.

Um desprezo que, além de cabalmente demonstrado pelos dados apresentados acima, aparece também em inúmeros pronunciamentos recentes. Durante audiência pública na Alerj, o Secretário de Planejamento afirmou, segundo o deputado Comte Bittencourt, que as universidades têm orçamento suficiente; os reitores é que não sabem gastar.



Informe *ASDUERJ*

Sobre a progressão docente

A diretoria da Asduerj reúne-se com o seu grupo de trabalho (GT) para definir a sua proposta de critérios para a progressão docente de adjunto para associado. O encontro será no dia 25/02 (após o fechamento desta edição), na sala da entidade. O GT da Asduerj pretende elaborar uma proposta, para o debate, que contemple a totalidade das atividades docentes e a singularidade de cada área de conhecimento.

Consun vota projeto para o Hupe

Está marcada para o dia 25/02, às 9h30, a sessão do Conselho Universitário que dá continuidade à discussão da minuta referente ao Hospital Pedro Ernesto (Hupe). Devido à grande expectativa da comunidade universitária, ao calor das discussões, ao número de conselheiros disputando a palavra e principalmente às nebulosas explicações dos principais protagonistas, tornou-se impossível o prosseguimento da sessão por tempo indeterminado.

Asduerj propõe amplo debate da situação do Hupe

Durante o primeiro encontro, uma grande mobilização contrária ao projeto da reitoria lotou o Plenário dos Conselhos. Docentes,

técnicos e estudantes propuseram a retirada da minuta e um amplo debate na comunidade universitária sobre a situação do Hupe. Entendem que a proposta, se aprovada, pode pavimentar o caminho, para que, futuramente, o hospital se transforme em uma fundação privada. Ainda que isto não ocorra, o inciso 2 do artigo III é extremamente polêmico, pois possibilita que o hospital faça convênios amplamente, sem restringir-se ao SUS. Um grande problema com os hospitais públicos que fazem convênios diversificados com planos e seguros de saúde, já detectado em estudos e pesquisas das ciências sociais voltadas para a questão da saúde, por exemplo, é a criação da denominada “dupla entrada”. Essa sistemática tem a seguinte configuração: para os conveniados com planos e seguros de saúde, um atendimento de alta qualidade, em todos os sentidos, inclusive com equipamentos e instalações físicas; para os pacientes do SUS, a grande maioria, a continuidade da precarização do atendimento. Como isso é real e não um “suposto temor”, a Asduerj, buscando evitar que ocorra esse procedimento preconceituoso no atendimento à população, pelo Hupe, também reivindica a retirada da minuta para que se possa processar uma discussão ampla e democrática sobre a situação do nosso hospital.

Superior Tribunal Federal discutirá cotas

Entre os dias 3 e 5 de março, em Brasília, o Superior Tribunal

Federal discutirá a constitucionalidade das políticas de ação afirmativa de acesso ao ensino superior. O STF julgará o pedido de arguição impetrado pelo Partido dos Democratas (DEM) contra a Universidade de Brasília (UNB), que adotou as cotas em seu processo de seleção. Apreciará também o recurso extraordinário requerido por um estudante contra a Universidade Federal do Rio grande do Sul (UFRGS). O vestibulando foi desclassificado com pontuação maior do que a de um cotista. Dos 252 requerimentos de participação na audiência, 38 foram deferidos. Mas a Uerj, primeira universidade do país a implantar o sistema de cotas, não terá representante. Entre especialistas e autoridades que deporão na audiência, estão Edson Santos de Souza, Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Social (Seppir).

Tira daqui, passa pra lá

Não satisfeito em propor à Uerj o menor orçamento dos últimos quatro anos, o governador Sérgio Cabral desviou as verbas doadas pela Assembleia Legislativa às universidades estaduais. Os R\$ 21 milhões que a Alerj destinou para recompor o orçamento da Uerj foram realocados pelo governo para o pagamento de aposentados e pensionista do Previ-Banerj. A dívida é do governo, mas quem paga somos nós!

Insalubridade e periculosidade I

Atividades insalubres e perigosas podem ser convertidas em aposentadoria especial. A medida atinge professores associados ativos ou aposentados da Universidade Federal de Goiás (UFG). Eles poderão solicitar a conversão do tempo para aposentadoria especial no Regime Jurídico Único. A Associação de Docentes da UFG (Adufg) e outras entidades que impetraram um mandado de injunção foram beneficiadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O STF aplica o fator de correção sobre o tempo de serviço trabalhado em atividades insalubres a partir de 11/12/1990.

Insalubridade e periculosidade II

A Asduerj está prestando assessoria jurídica aos docentes que queiram entrar com ação para suspender os descontos previdenciários nos adicionais de insalubridade e periculosidade, e recuperar os que foram efetuados indevidamente nos últimos cinco anos. Em 2009, uma reeleitura da Constituição justificou a não incorporação destes adicionais nas aposentadorias. Os que já incorporaram não perderão o direito.

O docente interessado deverá entrar em contato com a Asduerj, sala 1026 – Bloco D do Pavilhão João Lyra Filho ou nos telefones: 2264-9314, 2234-0060, 2234-0511 ou ainda por correio eletrônico: asduerj@asduerj.org.br



expediente

DIRETORIA DAASDUERJ (BIÊNIO 2009/2011)

Presidente: Cleier Marconsin (FSS)

I Vice-Presidente: Luiz Claudio de Santa Maria (IQ)

II Vice-Presidente: Ademir de Assis Figueiredo (FCM)

I Tesoureiro: Guilherme Locks Guimarães (IEFD)

II Tesoureiro: Guilherme Lúcio Abelha Mota (IME)

I Secretário: Inalda Pimentel (FFP)

II Secretário: Antonio Braga Coscarelli (Aposentado)

EDITOR RESPONSÁVEL

Antonio Braga Coscarelli

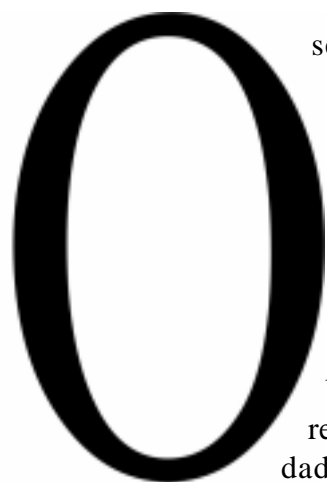
EQUIPE TÉCNICA

Jornalista: Sérgio Franklin

Estagiário: Átilas Campos

Edição Visual: Leila Braile

Psiquiatria limita expediente e Pesuerj suspende atendimento de novos pacientes



O serviço de Psiquiatria do Hospital Pedro Ernesto está com horário restrito de funcionamento. De acordo com memorando enviado no último dia 02/02, a mudança se deve às condições precárias do ambulatório da UDA de Psiquiatria. Em reunião, as equipes da unidade decidiram atender somente no horário entre 9h e 13h.

As interdições das salas de atendimento, provocadas principalmente por constantes

gências psiquiátricas (Pinel, em Botafogo, e Centro Psiquiátrico do Rio, em Mauá) ou aos postos municipais de saúde.

A limitação do expediente prejudica os 246 servidores assistidos atualmente pelo Pesuerj. E a suspensão do atendimento de primeira vez impede que cerca de quatro novos atendimentos sejam feitos por semana, segundo a coordenação do programa. Perciliana lamenta a situação pelo fato de o Pesuerj ser um "raro espaço institucional que oferece atendimento em saúde mental".

Salas impróprias

A UDA está com escassez de espaço físico para atendimentos. Para a coordenadora, "muitas salas estão em condições insalubres". Os locais apresentam infiltrações graves e muitos estão mofados. Além disso, há riscos à própria segurança de quem utiliza o espaço. Diversas placas de reboco têm desabado e provocado o fechamento das salas. Em janeiro, duas delas foram interditadas devido ao problema. No final de 2009, parte do teto desabou sobre uma mesa. Nos três episódios, por sorte, ninguém se feriu.



Foto: Parte do teto da sala de atendimento do Pesuerj caiu em dezembro

As instalações elétricas são outro empecilho para o funcionamento pleno do serviço psiquiátrico. Com as altas temperaturas do verão, os locais de atendimento ficam muito abafados, dificultando as consultas. Na ala ambulatorial, os

ventiladores de diversas salas não funcionam. "Houve casos de médicos e pacientes que passaram mal por causa do forte calor", afirma Perciliana.

Perciliana lembra que desde 2005 o chefe da UDA de Psiquiatria, Paulo Roberto Pavão, vem solicitando reformas estruturais no local. De acordo com ela, em 2006, um laudo do Dssaúde atestou os problemas estruturais e o risco de desabamentos. Com relação às obras feitas no início de 2008 na Psiquiatria, a coordenadora afirmou que foram precárias e que não solucionaram a situação.

Na última sessão do Conselho Universitário, o reitor Ricardo Vieiralves anunciou a liberação de verbas para obras na Psiquiatria e prometeu agilizar o andamento do que ele mesmo chamou de uma vitória da unidade. No entanto, Perciliana afirmou que após o anúncio, e até o fechamento desta edição, nenhum contato foi feito pela reitoria com a Psiquiatria.

HÁ DOZE ANOS PRESTANDO ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL AOS SERVIDORES, O PESUERJ ANUNCIOU A SUSPENSÃO DE NOVOS ATENDIMENTOS.

desabamentos, têm impedido que todos os médicos possam trabalhar concomitantemente.

A medida também atingiu o Programa Espaço Servidor da Uerj (Pesuerj), localizado dentro do ambulatório da UDA. Há doze anos prestando assistência em saúde mental aos servidores, o Pesuerj anunciou a suspensão de novos atendimentos. De acordo com a coordenadora do Pesuerj, Perciliana Rodrigues, somente os pacientes que já estavam acompanhados continuarão sendo atendidos. Os servidores que necessitarem de atendimento pela primeira vez devem ser encaminhados às emer-

VAMOS ESPERAR UMA TRAGÉDIA MAIOR AINDA PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA?

A Asduerj vem denunciando a situação da Psiquiatria do Hupe, que é muito grave, há tempos. Ela não pode mais ser tratada com tanto descaso. Esperamos que o anúncio do reitor no Conselho Universitário não seja apenas mais uma promessa; que a palavra seja cumprida, pois trata-se de um importante espaço de trabalho de nossa universidade.

Que não seja necessário ocorrer nenhuma tragédia maior (pois ter de suspender atendimento já é muito trágico), no sentido da perda de vidas, para que a administração da universidade tome providências.



Foto: Da esquerda para a direita: O engenheiro Pedro Barros, o Professor Thales Paradela e o diretor da Asduerj Guilherme Mota.

"PARÂMETRO ÚNICO DE AVALIAÇÃO TENDE A NÃO OR

Orientado pelo professor Thales Paradela, do departamento de Engenharia de Produção, o engenheiro Pedro Barros concluiu recentemente um estudo sobre a carreira docente na Uerj. No início de fevereiro, o professor Guilherme Mota, da diretoria da Asduerj, conversou com os dois sobre o tema, destacando as contribuições do trabalho para o debate sobre a regulamentação da progressão na carreira. Veja abaixo o resumo da conversa que o Boletim Asduerj acompanhou. Leia na íntegra em www.asduerj.org.br

Guilherme - qual a motivação e a relevância de se estudar a carreira docente da Uerj?

Thales - A atividade produtiva do professor é um assunto que também faz parte do âmbito da Engenharia de Produção, que estuda sistemas produtivos como um todo. A Uerj é uma organização que tem uma produção, e o estudo deste tipo de trabalho pode ser feito a partir de uma lógica da Engenharia de Produção. Aproveitamos este momento em que este tema é bastante palpitante, em que a universidade está refletindo sobre as características deste tipo de trabalho do professor. Pretendemos com este trabalho dar uma contribuição teórica e permitir outras possibilidades de aproximação do tema.

Guilherme - Tenho a impressão que o tema é um pouco fora dos padrões da Engenharia de Produção, que estuda atividades mais repetitivas. O trabalho docente tem certas peculiaridades. Qual foi a base científica e metodológica para este trabalho?

Thales - Quando falamos em produtividade, o conceito clássico da Engenharia de Produção ainda atrela o volume de produção à unidade de tempo - peças por hora, por exemplo. Isso é apropriado quando temos um processo padronizado, em que se reproduzem ciclos em tempos constantes. A medida de eficiência é: quantos ciclos se conseguem reproduzir em determinada unidade de tempo. Quando a gente transporta este conceito de produtividade e tenta aplicá-lo diretamente em setor não-industrial, incorremos em

erros teóricos significativos. Isso acontece um pouco quando a gente transpassa a demanda de estudo para o trabalho do professor, que não é repetitivo. Por conta desta herança da produção seriada, é que algumas coisas, como artigo por ano, volume de produção por ano se apresentam. Deixa-se muita coisa de fora em relação ao próprio conteúdo da atividade de trabalho. Os índices de avaliação acabam não servindo muito nem para a organização se planejar em termos de desenvolvimento, nem para o trabalhador, no caso o professor, desenvolver suas estratégias de trabalho.

Guilherme - Quanto a sua monografia, Pedro, que pontos estão sendo abordados especificamente e como estão sendo tratados dentro do trabalho?

Pedro - Tentamos primeiro entender a atividade e os objetivos que balizam a universidade, qual a sua missão estratégica. Depois, singularizar isto para a atividade de trabalho docente; entender quais as consequências destas normas para a atividade do professor e para o seu desempenho; com o objetivo de levantar alguns aspectos que poderiam balizar um futuro plano de carreira.

Thales - A gente trabalhou com basicamente duas normas antecedentes: a LDB e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e uma outra, que, do ponto de vista da carreira docente, é a maior referência que se tem hoje dentro da Uerj: o Prociência. Tirando as progressões de tem-

po (triênios), o que permite ao professor ter uma progressão de remuneração é o Prociência. De alguma maneira, é uma norma antecedente que existe dentro da organização que orienta as estratégias de carreira e cristaliza o que a organização está entendendo como o seu ideal de desenvolvimento. Poderiam ter várias outras normas antecedentes para se analisar, mas o trabalho enfocou basicamente estas duas normas e como isso se reflete na atividade de trabalho.

Guilherme - Dá-se na universidade cada vez mais importância à pesquisa, principalmente à produção bibliográfica. Segundo os dados que vocês conseguiram, como ocorre a distribuição desta produção bibliográfica nos departamentos?

Pedro - Existem algumas unidades que seus professores têm uma maior produção de artigos em periódicos especializados, de teses e livros publicados, frutos da atividade de pesquisa. Partindo do princípio de que as normas dão preferência a esta atividade docente, conseguimos levantar que os Institutos de Física, de Medicina Social e de Biologia são os que mais realizam produtos da atividade de pesquisa. Em virtude do maior peso na pontuação para o Prociência ser relacionado à quantificação de produtos da atividade de pesquisa, são estas as unidades que detêm o maior percentual de procientistas.

Guilherme - Por que não existe uniformidade na distribuição de pesquisa na universidade?

Pedro - Os tipos de ciência produzidos e pesquisados em algumas unidades têm características próprias que proporcionam uma maior produção de artigos. Outro motivo é que o melhor desempenho proporciona uma quantidade maior de carga horária para dedicação à atividade de pesquisa. Em média, 44% a 60% da carga horária destas unidades são dedicadas à pesquisa. O número de orientações de teses de doutorado e dissertações de mestrado, também, propiciam a produção de maior quantidade de artigos. As características da própria ciência levam a um desempenho diferente. Outro ponto é a existência ou não da pós-graduação strictu sensu dentro do departamento. A estrutura física também é um fator relevante. Estas unidades têm uma maior área construída comparativamente ao número de alunos, docentes e técnicos.

Thales - Trabalhamos com a hipótese de que há duas influências básicas sobre o volume de produção. Uma é a da estrutura organizacional e a outra é a do tipo de saber que se está produzindo.

que concluir que o curso de Direito da Uerj é muito ruim. E é exatamente o contrário. Isso mostra que qualquer tentativa de estabelecer um parâmetro único, igual para todas as unidades, num universo tão diferente como a Uerj, além de agravar as diferenças, tende a não orientar estratégias concretas e específicas.

Guilherme - Estamos vivendo um contexto de discussão de regulamentações do Plano de Carreira aprovado em 2008, que estão sendo discutidas pela universidade e outras ainda terão que ser aprovadas em lei complementar. Para vocês, quais são as consequências negativas de estratégias que não levem em consideração estas singularidades do trabalho docente em cada unidade?

Pedro - A partir do momento em que os objetivos não são alcançáveis, parte-se para outros objetivos, inclusive fora da universidade. Outra questão é a que diz respeito ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Este conceito, que foi construído para alavancar o desenvolvimento

passar um ou dois anos investindo em algo que dará frutos mais tarde, só que este tempo tirará pontos de anos atrás. Esta janela de tempo não contribui para a formação da obra de um professor, numa carreira de longo prazo.

A singularidade das estruturas, das demandas concretas, das práticas disciplinares de cada unidade orienta que estas normas sejam definidas de forma singular. O que se tem encaminhado é uma modelagem matemática com atribuição de pontos e valores, ainda temos dificuldades para criar outro modelo. Mas, mesmo que seja esta a forma de avaliação, seria importante que fosse singularizada por unidades, para que a faculdade ou o instituto conseguisse projetar o que é o seu desenvolvimento específico.

Outra possibilidade é que a construção dos critérios - estamos caminhando para ter categorias de pontuação - favoreça a construção de caminhos alternativos. Isto facilitará a manutenção e desenvolvimento do princípio de indissociabilidade. Se

ORIENTAR ESTRATÉGIAS CONCRETAS E ESPECÍFICAS"

Uma das conclusões a partir destes dados é a de que existe uma dificuldade para perceber estes critérios, tal como são medidos hoje, como universalizáveis dentro da estrutura de funcionamento da Uerj. São normas de funcionamento que não conseguem balizar o trabalho de diversas unidades, cuja demanda de trabalho é outra. Por outro lado, o Prociência traz resultados importantes, pois consegue manter núcleos de alto desempenho em condições de trabalhar em alto nível.

Guilherme - Na Uerj, apesar do princípio da indissociabilidade, as normas estão tendendo a privilegiar a produção bibliográfica, a questão autoral. Sem colocar em discussão que as demandas são diferenciadas, que, para uma unidade, a questão pode ser formar um grande número de alunos, como, por exemplo, na engenharia, já que o Brasil tem déficit de engenheiros.

Thales - O risco que se corre com esta forma de avaliação, que não é só da Uerj, é começarmos, daqui a um tempo, a pensar que dar aula é uma atividade menor. Já se percebe, de forma velada, uma desvalorização do professor que fundamentalmente dá aula. Sem se notar que esta pode ser a demanda daquele departamento ou o que a estrutura permite que o professor faça. Construir formas de avaliação que permitam flexibilidade de estratégias é muito importante.

Guilherme - Então, vocês propõem critérios singularizados?

Thales - Outra coisa de que não falamos é que o grau de maturidade de cada unidade é completamente diferente. Há cursos de vinte anos, outros recém-formados. A maturidade, a forma de produção e estruturação são diferentes. Tudo isto aponta para que se pense em singularizar a avaliação.

Algo que chama a atenção é que um dos cursos notadamente de excelência da Uerj é o curso de Direito e ele não tem um prociencista. Se esta norma concentra o que é de excelência, a gente teria

da universidade e possibilitar o atendimento à diversidade de demanda social, fica prejudicado pelas normas atuais. As normas existentes prejudicam ainda a contribuição mútua entre os docentes.

Thales - Sobretudo pelo Prociência se tratar de um concurso.

Pedro - Não existe orçamento para pagar o valor da bolsa para todos. Hoje, apenas 17% dos docentes podem ser prociencistas. Logo, não se trata de uma avaliação, mas de um concurso. A partir disto, têm-se uma competição, não há o desenvolvimento de uma pesquisa interdisciplinar.

Guilherme - Não se cria também a massa crítica, um corpo trabalhando em conjunto. Dentro do próprio departamento, têm-se pessoas trabalhando individualmente no seu projeto, porque dividir com o outro é aumentar as possibilidades do seu concorrente.

Pedro - Saindo um pouco da análise do caráter quantitativo e passando para a análise do caráter qualitativo, o que se pode verificar é uma diminuição no aprofundamento da pesquisa quando se tem como foco o caráter quantitativo somente. Consequentemente, com a demanda pela publicação, encurta-se o tempo necessário para o aprofundamento da pesquisa.

Guilherme - Gostaria que vocês fizessem algumas considerações sobre as conclusões do trabalho e como elas podem orientar as discussões das normas complementares do Plano de Carreira.

Thales - A reflexão que tenho tentado fazer neste sentido é na avaliação para o professor passar de adjunto a associado. Uma primeira questão é a que diz respeito às diferentes temporalidades da atividade de trabalho: existir uma janela fixa de tempo de avaliação pode ser muito prejudicial. Algumas produções demandam mais tempo. Então, encerrar a avaliação do professor nos últimos dez ou oito anos pode ser muito complicado. Pode se

houver um caminho preferencial, seja qual for, as outras atividades tendem a ser menosprezadas na condução das estratégias de trabalho. A possibilidade de um docente se desenvolver mais em uma vertente do que em outra facilita a manutenção do princípio de indissociabilidade.

A organização deveria desejar arduamente que todos os seus docentes se tornassem professores associados. A categoria associado não deveria ser uma distinção de classe. Deveria ser um objetivo concreto para toda a organização. Seria desejável que toda a organização atingisse este patamar; que estas normas fossem construídas com esta vocação de inclusão e de aproximação de todos os professores, que proporcionaria o desenvolvimento global da organização. E não como uma setorização distintiva de categorias dentro da grande categoria de professores da Uerj.

Neste processo, deveríamos estar nos perguntando o que é ser um bom professor, aquele que produz o bem. Este seria um grande desafio da discussão. Há uma desconexão de uma racionalidade mais substantiva sobre a prática deste profissional que é o professor e que tem uma função social tão importante. Lembro de um instituto, onde estudei, que é o Cap. Não saberia definir, mas sei que dentro do Cap tive muitos bons professores. Vendo os meus colegas de Cap, o que eles estão fazendo, sei que aquele instituto fez muito bem para a sociedade. Como se traz este bom, este bem, para um processo de avaliação? A Engenharia de Produção não consegue responder e seria um ponto fundamental a se trazer para este debate. Uma discussão que supera a questão da numerologia, pontuação etc. É um grande desafio não só metodológico, científico, mas ontológico, social e político da construção da reflexão acerca do desenvolvimento dessa organização. As normas de avaliação são ferramentas muito poderosas, não devemos desperdiçar a oportunidade de traduzir nestas normas um conceito de futuro.

UERJ 60 ANOS:

OUSAR E CRIAR COMO POLÍTICA DE INTERIORIZAÇÃO

TATIANE ALVES BAPTISTA

Professora Adjunta FSS/UERJ / Coordenadora de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento/UERJ

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro comemora neste ano de 2010 seus 60 anos. Essa data nos faz pensar sobre as dificuldades enfrentadas até aqui que de fato foram muitas, e nos fazem pensar também sobre os sonhos e projetos que encampados ao longo destes anos, sem os quais não poderíamos nos orgulhar da nossa excelência acadêmica na formação de quadros profissionais, na pesquisa socialmente referenciada e na atividade extensionista.

Nessa trajetória viu-se o desabotoar de inúmeros projetos institucionais, só para ficar com um exemplo, até bem pouco tempo a UERJ era uma universidade com uma inserção incipiente na pós-graduação.

Com a vontade política necessária e a adesão da comunidade universitária, dos anos noventa pra cá a UERJ mais que triplicou seus cursos de pós-graduação, atualmente temos um total de 46 cursos de mestrado e 27 de doutorado.

É possível que naquele momento tenham surgido posições contrárias a esse crescimento, alegando que a UERJ não tem verbas e que por isso está impedida de planejar sua expansão, hoje, no entanto, a importância da criação de novos cursos de mestrado, doutorado e especialização formam um consenso.

Infelizmente, a graduação não acompanhou esse ritmo de crescimento. A UERJ possui desde 1990 as mesmas 30 faculdades. Dos 92 municípios do Rio de Janeiro a UERJ tem unidades de ensino de graduação apenas em quatro. Esse quadro merece especial atenção. A concentração da UERJ na região metropolitana depõe contra a sua vocação como Universidade do Estado. É preciso ampliar as vagas públicas e interiorizar.

A Universidade é um agente cuja ação cultural pode impactar significativamente as regiões em que ela se localiza, quer pelas iniciativas que gera, quer pelos projetos a que associa as suas competências.

É fundamental enfatizar a importância da interiorização para o desenvolvimento regional e enriquecimento cultural da sociedade, pois ao se interiorizar, a UERJ não estará se instalando apenas em municípios novos, mas colaborando efetivamente para a construção

de um novo futuro, com mais cidadania e com mais inclusão para regiões muitas vezes desassistidas pelo Estado.

Foi com esse espírito que a Coordenadoria de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento - CEED foi criada e realizou no ano passado diversas frentes de trabalho no sentido de buscar recursos, dados, informações e toda mobilização necessária para dar conta do sonho de expandir e ampliar o acesso à universidade pública.

Cientes dos limites orçamentários e da importância de estudos consistentes sobre a vocação e as demandas das regiões, dados imprescindíveis à pressão por recursos, a CEED realizou em 2009 seminários regionais de integração com os municípios do interior.

Estes eventos, contaram com a participação de vários representantes institucionais da UERJ, com representantes dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, dos parlamentares, das secretarias de educação, dos estudantes e dos prefeitos. Foram mais de mil pessoas, dialogando sobre questões fundamentais do nosso estado: desenvolvimento científico e tecnológico, avaliação do ensino médio, extensão universitária.

Encampar esse plano não é uma tarefa fácil, é preciso arregaçar as mangas e colocar todo nosso fôlego e nosso talento na construção do novo, trabalhar conjuntamente para exigir do governo do estado os recursos e do Reitor e dos Conselhos agilidade na execução. A AALERJ ainda não publicou o orçamento de 2010, mas estamos otimistas, pois as emendas parlamentares para iniciar a expansão foram todas aprovadas em plenário.

Temos uma agenda importante neste ano de 2010, é preciso realizar seminários em mais três regiões (Costa Verde, Médio Paraíba e Noroeste Fluminense), vamos publicar as memórias da interiorização da universidade até aqui, está previsto para abril um grande Seminário interno de socialização do que foi feito em 2009 e para aprovação de um Conselho Consultivo da CEED, enfim, de nossa parte, temos certeza de que a comemoração dos 60 anos da UERJ será de grandes projetos e perspectivas de renovação.

Comentário do Boletim Asduerj

A divulgação nesta página do texto “Uerj 60 anos: ousar e criar como política de interiorização” atende à solicitação de direito de resposta por matéria publicada do *Boletim Asduerj* de novembro último. Como costume não apenas deste impresso mas de todos as publicações da Asduerj, acatamos prontamente o pedido da Coordenadoria de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento (Cead).

Na matéria “Uerj, sem verbas, planeja expansão”, o *Boletim Asduerj* questionava o anúncio, veiculado na grande imprensa, de um projeto expansionista, articulado à revelia da comunidade universitária, em incursões por prefeituras do interior às vésperas de importante processo eleitoral e, pior, sem qualquer garantia orçamentária para a sua concretização.

Além de atendermos ao direito de resposta solicitado pela coordenadoria, nutríamos ainda a expectativa de que informações novas e maiores detalhamentos sobre o projeto pudessem vir à tona, nessa resposta da coordenadoria, favorecendo o enriquecimento do debate sobre uma questão tão relevante para a universidade.

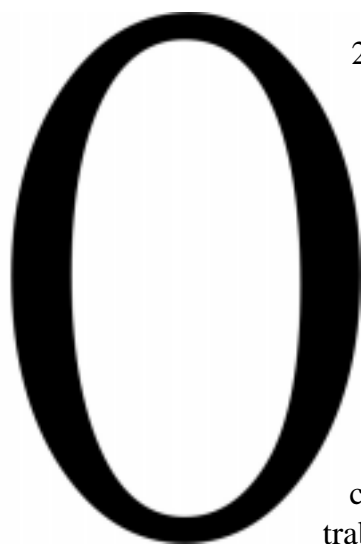
Entretanto, a alegada resposta à matéria nada elucidada com relação às questões expostas pelo *Boletim Asduerj*. O texto repete tão somente o programa de intenções já proferido anteriormente, com destaque para a questionável proposição de que se deve primeiro criar os cursos e, só então, conseguir financiamento para a sua manutenção. Neste caso, trata-se de uma solução muito diferente do que ocorreu com a expansão dos cursos de pós-graduação, utilizados como argumento pela autora.

Por outro lado, comemora-se, no texto, a aprovação, na Alerj, de emendas ao orçamento da universidade para dar início à expansão. Infelizmente, na segunda quinzena de janeiro, a comunidade universitária foi assaltada pela decisão do governo de desviar as verbas disponibilizadas pelas emendas dos deputados (veja matéria na página 2 desta edição do *Boletim Asduerj*). Ou seja, nem essa verba poderá ser utilizada na expansão.

Enquanto isso, é divulgado na grande imprensa um projeto de expansão, que nunca foi debatido nos conselhos superiores da universidade. A última notícia, publicada pelo jornal *Folha Dirigida*, em 12/01, anunciava o início das obras do *campus* em Queimados para março próximo. A fonte do jornal, o secretário municipal de Educação de Queimados, informava ainda que não seriam três cursos de engenharia, como se anunciara originalmente, mas 12 a se abrigarem no novo *campus* da Uerj. Nota: a nova Faculdade de Engenharia teria como orçamento anual os mesmos R\$ 3 milhões que a própria Cead já admitira como irrisórios para manter os três cursos inicialmente propostos.

Acerta a Cead quando atesta a importância da interiorização da universidade para “o desenvolvimento regional e enriquecimento cultural da sociedade”. Defendemos a interiorização, mas que seja discutida em nossa comunidade, com um planejamento orçamentário real e que não seja palco de precarização da universidade em relação ao seu espaço físico e, principalmente, das suas relações de trabalho. Não podemos admitir que, ao invés de se tentar reverter essa precarização, proponha-se exportá-la para o interior do Estado.

ANDES-SN ESTABELECE PLANO DE LUTAS PARA 2010



29º Congresso do An-des-SN, realizado entre os dias 26/01 e 01/02 em Belém – PA, aprovou o plano de lutas do sindicato para 2010. A entidade reafirmou o combate a todas as formas de precarização como eixo principal da valorização do trabalho docente.

Os congressistas deliberaram pela criação de uma nova central, classista, sindical e popular. Nos dias 5 e 6 de junho próximos no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), ao qual a Asduerj enviará delegados, a nova central deverá ser criada.

Em solidariedade aos trabalhadores haitianos, vítimas do recente terremoto que devastou o país, o Congresso aprovou uma contribuição financeira. O 45º número da revista Universidade e Sociedade, lançada no Congresso, traz

tica, a professora Marina Barbosa Pinto (Aduff-SSind) concorre ao cargo de presidente. Márcio Antônio de Oliveira (Apesjf-SSind) e Hέλvio Alexandre Mariano (Adunicentro-SSind) são os candidatos a secretário-geral e 1º tesoureiro, respectivamente.

A chapa 2, Andes Para os Professores, tem Flávio Borges Botelho Filho (Adunb-SSind) como candidato à presidência, José Audísio Costa (Adufepe-SSind) para o cargo de secretário-geral e Carlos Alberto Eilert (Adufmat-SSind)

A questão mais polêmica do Congresso foi o sistema de cotas, aprovado ao final. A maioria dos congressistas entende o sistema de cotas como meio de universalizar o acesso às instituições públicas de ensino superior. As cotas, inclusive, serão tema do próximo número da revista da entidade “Universidade e Sociedade”.

Os 305 delegados e 38 observadores debateram, também, os atos do governo federal que têm ferido o preceito da autonomia das universidades. Programas como o Reuni e a adoção do Enem como processo seletivo para as instituições públicas foram alguns dos pontos questionados. Os delegados defenderam a preservação do princípio da autonomia nas universidades.



ARQUIVO ANDES-SN

OS 305 DELEGADOS E 38 OBSERVADORES DEBATERAM, TAMBÉM, OS ATOS DO GOVERNO FEDERAL QUE TÊM FERIDO O PRECEITO DA AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES.

Na Foto, parte da delegação da asduerj: 2ª da esquerda para a direita, Cleier Marconsin (Presidente da asduerj) e, última à direita, Maria Luiza Tambellini (Professora da FSS/Uerj).

o Dossiê Haiti, que revela a situação atual daquela sociedade.

Eleições no Sindicato Nacional

Durante o 29º Congresso, foram realizadas inscrições das chapas que disputarão as eleições para a nova diretoria do Andes-SN, biênio 2010-2012. Na chapa 1, Andes – Autônoma e Democrá-

para 1º tesoureiro.

As eleições estão marcadas para os dias 11 e 12 de maio, em locais a serem definidos pelas seções sindicais do Andes-SN. A apuração dos votos será nos dias 14 e 15 de maio. A posse da nova diretoria será durante a realização do próximo Conselho Nacional de Associações Docentes (Conad), em junho próximo.

Uma vez encerrada a ditadura de 1964 - que não caiu, mas estava pra lá de desmoralizada -, era a hora de cada um obedecer a si mesmo, sim, pessoas e instituições, e enfrentar todos os confrontos que viessem na nova ordem política. Por isso o uso da palavra *democracia* e de todas aquelas que tentavam correspondência com o que pudesse significar. Entre elas, *autonomia*, em especial, a universitária, pela qual tanto lutamos e que teve nas eleições diretas para reitor sua maior conquista, fora da lei, pois ainda em tempos de *abertura*.

Coerente com isso, a Nova Constituição do Estado do Rio de Janeiro, promulgada em 5 de outubro de 1989, em seu Art. 306, disse que *A Universidade do Estado do Rio de Janeiro, organizada sob a forma de fundação de direito público, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, para as suas funções de ensino, pesquisa e extensão* e, em seu 1º parágrafo, de modo a viabilizar a autonomia, que *O Poder Público destinará anualmente à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dotação definida de acordo com a lei orçamentária estadual, nunca inferior a 6% da receita tributária líquida, que lhe será transferida em duodécimos mensalmente*. Para completar essa autonomia, no Art. 307, definiu que *A escolha dos reitores das universidades públicas estaduais será efetuada por meio de eleição direta e secreta, com a participação da comunidade universitária, de acordo com seus estatutos*.

Em 31 de outubro de 1990, o parágrafo 1º, com a dotação nunca inferior a 6% da receita tributária líquida e a sua transferência em duodécimos, mensalmente, foi regulamentado pela Lei nº 1729/90. Pronto, não precisava ficar discutindo se os artigos e os parágrafos da Constituição eram auto-aplicáveis ou não. Era só esperar a lei das diretrizes orçamentárias a cada ano e sacramentar a destinação dos 6% da receita tributária líquida, ou até mais, para o ano seguinte. Claro, sob a apreciação do Tribunal de Contas, o que não fere a autonomia de ninguém.

Mas, em 1993, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, Adin 780-7/600, proposta pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, impugnando, entre outras coisas, o 1º parágrafo do Art. 306, conseguiu liminar do STF suspendendo os seus efeitos. Sem que nenhuma providência fosse tomada para definir provisoriamente a dotação da UERJ até a sentença final, o próprio autor da Adin, sem que direito algum lhe coubesse, tomou para si a decisão de passar os recursos de acordo com o que ele e os sucessores considerassem a cada ano. Para piorar, aproveitando não encontrar reação em contrário, abriu

caminho para que as suas secretarias tivessem ingerência na UERJ, tripudiando ainda mais sobre a autonomia universitária.

Do mesmo modo que aproveite neste Boletim uma oportunidade dada pela Asduerj, escrevi artigo na Advir nº 20, publicada em 2006, exclusivamente sobre o tema. Mostrei como não se sustenta do ponto de vista jurídico a argumentação da Adin 780-7/600. Reclamei da falta de providências por parte de nós mesmos aqui da UERJ. Não adiantou nada. Nem sei se alguém leu aquilo e, no caso de ter lido, se lhe deu vontade de fazer alguma coisa. Só me veio à lembrança a boataria que durante muitos anos desinformou a respeito do assunto. Foi um tal de dizerem que a Constituição tinha mudado e que a UERJ passara a dividir a dotação orçamentária com a Uenf; que a UERJ não podia ser de fato autônoma; que não interessava receber os 6% porque era menos do que era repassado anualmente. Pois é, como se espalhou esta mentira, e ainda se espalha. Enquanto isso, greves difíceis, dolorosas, algumas incluindo em suas reivindicações os 6%, sob total indiferença.

No início de 2008, a Adin 780-7/600 foi levada à consagração da importância dada à autonomia da UERJ: foi extinta por perda superveniente de objeto. Deixaram pra lá e acabou, levando junto a liminar. O 1º parágrafo e a Lei 1729/90 voltaram a valer. Porém, e daí? A Assembléia Legislativa, primeira a ser comunicada, por ser o Poder responsável pela legislação no Estado do Rio de Janeiro, não fez nada. Reitoria e conselhos superiores da UERJ também não. Sobrou para o governador, livre de pressões como ele queria. Reapresentou a Adin, que hoje deve ter outro número, ao STF, e conseguiu a mesma liminar. Não houve qualquer reação. Sim, houve mais uma greve, na qual a autonomia foi tema secundário.

Então, no fim dessa última greve, dezembro de 2008, veio a Lei nº 5343, dispoendo sobre a reestruturação da carreira docente na UERJ e trazendo um anexo de aumento salarial semestral em progressão aritmética diferenciada para os novos cargos e níveis docentes até dezembro de 2011. E essa lei tem um indicador do quanto não se preza a autonomia universitária por aqui: o Art. 13. Num conjunto de artigos e parágrafos que às vezes até variam sobre a mesma coisa, ele destaca a submissão docente em seus próprios valores ao que lhes é estranho, ao que é estranho à autonomia didático-científica da universidade:

Art. 13 – O Governador do Estado aprovará, por decreto, as normas para a progressão em níveis, considerando o mérito acadêmico e a avaliação da prática docente.

Será que é isso mesmo? Pode ser. Quem anda

aqui pela UERJ já deve ter desconfiado de que se há alguma coisa da qual não entendem nada, nem querem entender, é a autonomia universitária. Por aqui ninguém desconfia que chefe de executivo algum - presidente, governador ou prefeito -, manda numa universidade autônoma. Daí o erro grosseiro da entrega da última palavra ao governador numa questão acadêmica. Para agravar, tem muita gente que acha que bom mesmo é ter um bom relacionamento com o governador. Sim, não há razão de pensar o contrário. Só que essa idéia é no sentido de sermos, mais do que subordinados, o que por lei não devemos ser, submissos a ele. Assim não há universidade que resista.

À parte não possuir o direito de tributar, daí porque deve receber percentual da receita tributária líquida, uma universidade autônoma deve ser tratada como um município. Por acaso governador de estado tem direito de mandar nos prefeitos de seus municípios? Não, como também não tem direito de mandar nos reitores das universidades autônomas. O reitor da UERJ não é subordinado ao governador do Estado do Rio de Janeiro. Porém, sem os 6% da renda tributária líquida, é seu refém. Alguém aceita isso? Sim, quase todos por aqui aceitam; até os que falam em democracia, em lutas dos tempos contra a ditadura; em progresso da ciência e do compromisso com pesquisa, ensino e extensão.

Nem na Idade Média foi assim. Até nas *trevas* de que os iluministas falaram, apesar de toda hierarquia institucional, houve autonomia universitária, e protegida pelos papas. Não foi de graça, é certo: os universitários lutaram por ela. E é o que se precisa fazer hoje: lutar pela autonomia da UERJ. O problema é que no atual quadro de apatia não deve acontecer nada. Desse quadro só se tem saído para lutar por salários, o que é importante, sim, só que não é tudo e nem sempre é prioritário. Tem horas em que é preciso deixar de lado as pretensões de aumento salarial e lutar pela instituição.

Autonomia universitária com dotação de pelo menos 6% da receita tributária líquida é um direito líquido e certo da UERJ. Isso deve ser informado aos seus alunos, professores e funcionários. Se continuarem a querer desconhecer, ou a acharem que não é, ou ainda acharem que isso não tem a menor importância e que bom mesmo é continuar a submissão ao governador, que fiquem como estão. Mas nesse caso não poderão negar que gostam mesmo é de uma boa ditadura - discreta, sem violência e às vezes até carinhosa -, para conduzir os destinos dessa instituição universitária que, na minha solidão, pensei que pudesse ser autônoma, independente, irreverente e iconoclasta.

AUTONOMIA E APATIA

VALTER DUARTE
Prof. do IFCH-UERJ

(N.R) Os artigos 306 e 307 são os atuais artigos 309 e 310 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro.

